

Prezado Associado

Você está recebendo o primeiro número da **Carta da China**, a newsletter da seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-China.

A **Carta da China** será distribuída por meio eletrônico exclusivamente a associados do CEBC e a outros destinatários, membros do governo, de empresas ou de entidades sem fins lucrativos, desde que indicados pelos associados.

A secretaria executiva do CEBC condensará na **Carta da China** resumos de notícias relevantes, com links para as respectivas fontes, sobre economia e política chinesas, relações Brasil-China e temas de interesse dos associados. As principais notícias de cada edição serão analisadas pela equipe técnica da secretaria executiva.

As fontes utilizadas, além de veículos das imprensas brasileira, chinesa e de terceiros países, são relatórios de bancos e consultorias especializadas, estudos publicados por organizações internacionais ou centros de pesquisa, análises de especialistas e informações divulgadas pelos associados do CEBC.

A **Carta da China**, da mesma forma que a página do CEBC na Internet, também é um espaço para publicação de artigos de autoria de funcionários das empresas e entidades associadas ou de analistas e pesquisadores que contribuam para o enriquecimento do debate brasileiro sobre temas relacionados à China. Desde já, todos os associados interessados em eventualmente divulgar suas análises, experiências ou considerações sobre os temas cobertos por esta publicação estão convidados a apresentar textos de sua autoria à secretaria executiva.

Os artigos analíticos publicados na **Carta da China** não refletem necessariamente a opinião do CEBC nem de seus associados. As análises elaboradas pela secretaria executiva, exceto quando apontado expressamente de outra maneira, serão de natureza puramente técnica.

Em sua fase inicial e ainda experimental, a **Carta da China** será publicada com periodicidade aproximadamente quinzenal, apresentando de forma sucinta análises e as principais notícias que contribuam para um dos principais objetivos de nosso Conselho, a ampliação do conhecimento sobre China no Brasil.

Boa leitura.

Comércio bilateral Brasil-China (2004)

Valor em milhões de US\$

	Exportações	Importações	Saldo
Jan	359	221	138
Fev	275	197	77
Mar	490	250	240
Abr	441	238	202
Mai	549	252	297
Jun	784	331	452
Jul	451	378	72
Ago	518	373	144
Set	513	353	159
Out	354	386	- 32
Total	4.738	2.985	1.753

Fonte: Secex (Secretaria de Comércio Exterior)

Explosões nas exportações brasileiras para a China em 2004*

Produtos	Variação (%) **	Valor Exportado 2004 ***	Posição na pauta
Algodão	555%	7,155	50º
Couros de bovinos	473%	19,684	25º
Óleo de soja em recip.	467%	36,567	12º
Ferro fundido bruto	450%	22,653	19º
Alumina	377%	46,902	10º
Aviões a turbojato	323%	21,196	22º
Couros e peles	293%	26,508	16º
Óleo de soja bruto	188%	392,570	3º
Pasta química de madeira	167%	11,530	36º

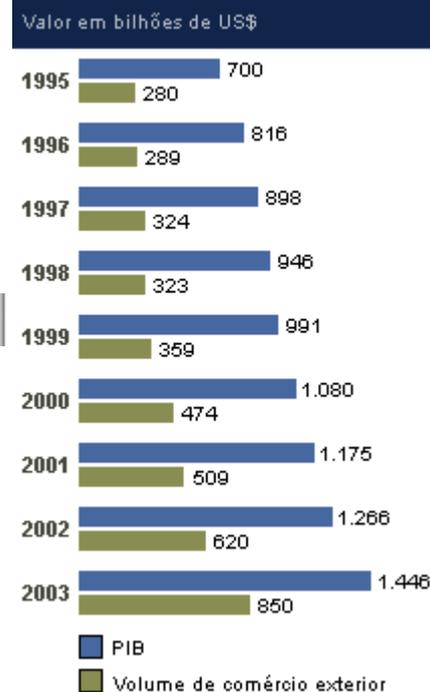
* Até setembro, dentre os 50 principais produtos exportados para a China

** Na comparação com jan - set de 2003

*** (em milhões de US\$)

Fonte: Secex (Secretaria de Comércio Exterior)

PIB nominal e volume de comércio exterior da China



Fonte: EIU

Carta da China

A **Carta da China** é uma publicação quinzenal elaborada pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados pela Carta da China não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores
Renato Amorim
Isabela Nogueira

Projeto gráfico – E4W Solutions

Atendimento ao leitor – cebc@cebc.org.br

Análise CEBC

Governo brasileiro concede à China status de economia de mercado

A concessão do status de economia de mercado à China, gesto de significado fortemente político do governo brasileiro, tem uma implicação imediata: a partir de agora, de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio, o Brasil deverá utilizar preços internos do mercado chinês em eventuais processos de investigação de dumping. O status conferido à China limita o emprego de barreiras antidumping, uma vez que induz o Brasil a determinar o "valor normal" dos produtos importados da China sem comparação com terceiros países.

Os efeitos do reconhecimento são complexos, mas não implicam a extinção dos mecanismos de defesa comercial de que o Brasil dispõe no relacionamento com a China. O artigo VI do acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) que regulamenta as medidas antidumping mantém margem de interpretação para que o país proponente de investigações determine, de diferentes maneiras, a base de comparação para os produtos em que há suspeita de dumping. Quando os preços do mercado interno não permitem uma comparação adequada, podem ser apontados como parâmetro preços de produtos exportados a terceiros países, por exemplo.

O segundo ponto é que países que já concederam o status de economia de mercado à China acrescentaram portarias ou circulares que lhes permitem buscar parâmetros de preços em terceiros mercados. É o caso da Nova Zelândia (veja os detalhes do acordo no próximo texto), que abriu a prerrogativa de buscar a "melhor informação sobre formação de preços possível" caso sinta que as informações fornecidas pelo governo chinês não são suficientes. Em caso de desacordo, a China pode também apelar para a OMC para ter seu preço utilizado como parâmetro.

A questão final é que o Brasil dispunha, na negociação com os chineses, de um elemento de barganha que logo se esgotaria: a posição de ser o primeiro país fora do entorno geográfico da China a conceder o status de economia de mercado. Com o aumento no conjunto de países que concedem esse status, as possibilidades de angariar contrapartidas diminuem.

No memorando de entendimento firmado entre os dois governos, Brasil e China concordam, entre outros aspectos, em cooperar na regulamentação fitossanitária (propondo acesso mais ágil em trâmites burocráticos e concordância com as condições do acordo SPS da OMC) e em apoiar a *joint-venture* sino-brasileira na área de aviação civil.

O ritmo de implementação do que foi acordado deverá ser avaliado quando a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível for à China no segundo trimestre de 2005. Criada durante a visita do presidente Lula à China neste ano, a "Comista" é presidida pelo Vice-Presidente da República do lado brasileiro e por um Vice Primeiro Ministro do Conselho de Estado da China. Do lado chinês, a "Comista" deverá ser liderada pela Conselheira de Estado Wu Yi.

Leia a íntegra dos documentos:

[Memorando de cooperação em comércio e investimento - documento que reconhece a China como economia de mercado e detalha as contrapartidas para o Brasil.](#)

[Acordo de implementação do Artigo VI do Acordo Geral de Tarifas e Comércio \(GATT\), 1994, e inclusões posteriores.](#)

[Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível.](#)

[Página Anterior](#) | [Próxima Página](#)

Direitos *antidumping* em vigor no Brasil contra a China

Preços utilizados como referência para definição do "valor normal"

Lápis de grafite e de cor

Preços praticados nos EUA

Cogumelos

Preços das exportações dos EUA para o Japão

Glifosato

Preços praticados na Índia

Pneus de bicicletas

Preços praticados em Taiwan

Brocas helicoidais

Preço das exportações da empresa petionária para a Dinamarca

Ímãs em forma de anel

Preço das exportações da Coreia do Sul para os EUA

Carbonato de bário

Preços praticados na Alemanha

Magnésio metálico

Preços praticados nos EUA

Magnésio em pó

Próprios custos de produção da empresa petionária

Garrafas térmicas

Ventiladores de mesa

Cadeados

Alho

Caneta esferográfica (investigação em curso)

Preço das exportações dos EUA para o México

Fonte: Departamento de Defesa Comercial (Decom) da Secretaria de Comércio Exterior

Economia de mercado

Nova Zelândia atrela reconhecimento a área de livre comércio

Primeiro país a apoiar a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), a Nova Zelândia tornou-se também o primeiro país a conceder o status de economia de mercado à China. O Acordo de Cooperação Comercial e Econômica, assinado durante visita do Ministro do Comércio chinês, Bo Xilai, em maio deste ano, reconhece o sistema de mercado e determina que a Nova Zelândia não aplicará as seções 15 e 16 do protocolo de acesso da China à OMC, que caracterizam o país como uma não-economia de mercado.

Em contrapartida à concessão do status, os neozelandeses tiveram atendida uma demanda importante: a de que os chineses aceitassem negociar a criação de um acordo de livre comércio, a primeira discussão em andamento entre a China e uma nação desenvolvida.

País pequeno, com 3 milhões de habitantes e custos elevados de mão-de-obra, a Nova Zelândia acolhe bem os produtos baratos chineses. O país também está também ávido pelo mercado de consumo de produtos agrícolas da China: em 2003, 84% das exportações da Nova Zelândia à China foram bens agrícolas, especialmente leite, lã, madeira, peles e carne de carneiro; os neozelandeses importaram computadores e componentes, brinquedos, roupas, sapatos e aparelhos transmissores (veja dados ao lado). No ano passado, a China foi o terceiro maior parceiro comercial dos neozelandeses.

A previsão é de que, no início de 2005, haja uma reunião bilateral de alto nível para determinar prazos e setores para liberalização. Ainda neste ano, deve ser concluído estudo conjunto sobre impacto da área de livre comércio nas duas economias.

Além dos ganhos esperados por meio da área de livre comércio, a legislação de defesa comercial neozelandesa possui mecanismos que lhe permitem voltar à "prática antiga" em eventuais investigações de dumping contra produtos chineses. Se a autoridade investigadora julgar que as informações chinesas não são suficientes ou adequadas para determinar o valor normal do produto, ela pode exigir parâmetros adicionais. Neste caso, se não houver concordância do lado chinês, a determinação do valor normal é determinada na OMC.

Leia a íntegra do documento:

[Acordo de Cooperação entre Nova Zelândia e China - reconhece a China como economia de mercado e estabelece o início das negociações para criação de uma área de livre comércio.](#)

Hu na Argentina

Promessa de investimentos e abertura para carnes em troca do status de economia de mercado

Depois da passagem pelo Brasil, os três dias da visita do presidente chinês Hu Jintao à Argentina produziram resultados já esperados. De maneira similar ao acordado no Brasil, a China concordou em abrir seu mercado de carnes e em definir a Argentina como destino autorizado para turistas em troca do seu reconhecimento como economia de mercado. No entanto, o governo argentino tem dado declarações de que vai impor salvaguardas contra produtos chineses - especialmente nos setores de têxteis, brinquedos e calçados - para evitar danos à indústria nacional. E aposta no aporte de US\$ 20 bilhões em investimentos chineses para os próximos dez anos anunciados em "cartas de intenções".

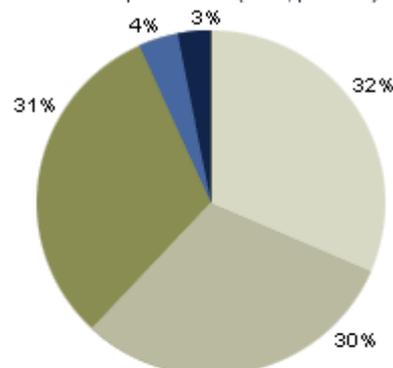
No acordo fitossanitário, a China autorizou o ingresso de carnes processadas termicamente e vísceras cozidas da Argentina, bem como carnes de aves e bovina desossadas provenientes da região da Patagônia. Segundo o diário Clarín, a estimativa é de que as exportações cresçam cerca de US\$ 300 milhões com a liberação.

Com relação à concessão do status de economia de mercado, o ministro da Economia da Argentina, Roberto Lavagna, anunciou que regulamentará, nas próximas semanas, decretos com instrumentos técnicos que permitirão proteger os setores mais sensíveis da indústria argentina. No caso das salvaguardas, a proposta em estudo é mantê-las até pelo menos 2008, com especial ênfase nos têxteis.

Em contrapartida ao status de economia de mercado, os chineses se comprometeram, por meio de "cartas de intenções", a investir US\$ 20 bilhões nos próximos dez anos na Argentina, incluindo US\$ 8 bilhões em ferrovias, US\$ 6 bilhões em moradias populares, US\$ 5 bilhões em extração de petróleo, US\$ 450 milhões em comunicações e US\$ 260 milhões no desenvolvimento de satélites. A crítica da imprensa argentina é de que estas cartas não incluem contratos ou projetos claramente definidos. Em alguns casos, diz o Clarín, os projetos terão seus estudos de viabilidade iniciados somente agora.

[Página Anterior](#) | [Próxima Página](#)

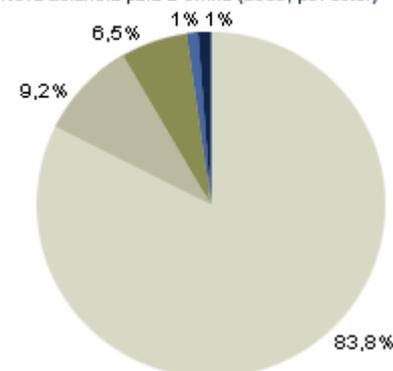
Composição das exportações da Nova Zelândia para a China (2003, por setor)



METALIS E MAQUINÁRIO
 OUTROS PRODUTOS MANUFATURADOS
 TÊXTEIS E CALÇADOS
 PRODUTOS AGRÍCOLAS
 QUÍMICOS, MINERAIS E COMBUSTÍVEIS

Fonte: Ministério de Assuntos Exteriores e Comércio da Nova Zelândia

Composição das exportações da Nova Zelândia para a China (2003, por setor)



PRODUTOS AGRÍCOLAS
 QUÍMICOS, MINERAIS E COMBUSTÍVEIS
 TÊXTEIS E CALÇADOS
 METALIS E MAQUINÁRIO
 OUTROS PRODUTOS MANUFATURADOS

Fonte: Ministério de Assuntos Exteriores e Comércio da Nova Zelândia

Principais exportações da Nova Zelândia para a China

Produto	Valor em US\$, milhões
Leite	373
Lã	198
Lenha	168
Miúdos de animais	102
Pele de carneiro	86
Confidencial	85
Carne de carneiro	70
Gordura animal	68
Químicos de madeira	65
Madeira	53
Subtotal (dez maiores)	1,276
Total exportado	1,920
Dez maiores como % do total	66%

Fonte: Ministério de Assuntos Exteriores e Comércio da Nova Zelândia

Macroeconomia 1

O movimento da taxa cambial chinesa

A intensa pressão norte-americana para que a China valorize sua moeda encontrou, pela primeira vez, algum eco dentro do governo chinês nas últimas semanas. Declarações do Diretor da Administração Estatal de Câmbio (SAFE, na sigla em inglês), Guo Shuqing, e do vice-presidente do Banco Central chinês, Li Ruogu, geraram especulações de que a flexibilização cambial seria iminente.

Em artigo publicado no jornal "China Daily", Guo escreveu que a flexibilização cambial dentro de uma margem segura não implicaria em ameaça séria ao emprego na China. Já no começo de novembro, Li Ruogu declarou que o país já "progrediu bastante na preparação para a flexibilização da moeda".

Na opinião de analistas americanos, a flexibilização cambial e a conseqüente valorização do yuan dentro de uma margem pré-estabelecida contribuiriam para conter a inflação, o superaquecimento doméstico e o desequilíbrio comercial entre China e Estados Unidos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem recomendado a flexibilização do câmbio, mas sem flutuação por conta da debilidade do sistema financeiro chinês.

Há, no entanto, opiniões divergentes quanto à disposição da China em mexer agora no câmbio. Newsletter do último dia 17 de novembro do Deutsche Bank ("RMB Reform: Technical Preparations Underway") aposta que o governo chinês não fará qualquer mudança cambial em prazo inferior a seis meses. Da mesma forma que houve declarações de autoridades favoráveis à flexibilização, em seguida vieram afirmações menos animadoras. Segundo a newsletter, o vice-ministro das Finanças, Lou Jiwei, afirmou que uma mudança no regime cambial não é muito provável no curto prazo. Em segundo lugar, para evitar o aumento do movimento especulativo, o banco avalia ser pouco provável uma alteração cambial em momento de forte expectativa de valorização.

Macroeconomia 2

Pressões inflacionárias começam a arrefecer na China

Os preços ao consumidor na China deram sinal de arrefecimento em outubro. Segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas, o índice de preços ao consumidor (IPC) foi de 4,3% no mês passado, a menor taxa desde maio deste ano.

Os responsáveis pela desaceleração inflacionária foram os alimentos, principais componentes do IPC. O recuo de 9,5% em base anual nos preços de vegetais frescos fez o índice que mede o preço de alimentos recuar para 10% em outubro, contra 13% em setembro. Em contrapartida, produtos mais expostos à variação do preço do petróleo, especialmente combustíveis, contribuíram para manter a inflação elevada.

Desde o segundo trimestre de 2004, os alimentos, que contam por cerca de 35% do IPC, têm sido o principal fator de pressão sobre a inflação chinesa. Segundo previsão do Economist Intelligence Unit, os preços dos alimentos devem continuar arrefecendo ao longo dos próximos 12 meses em função do esforço do governo chinês para elevar a oferta. Como resultado, a expectativa de inflação para 2005 é de 3%, contra 4,3% estimada para este ano.

Índice de Preços ao Consumidor na China em 2004

%, base anual



Integração regional

Conferência com Asean deve terminar em acordo de livre comércio

A 10ª Cúpula da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) deverá ser encerrada, no próximo dia 30 de novembro, com a assinatura formal do acordo de criação de uma área de livre comércio com a China. Segundo notícia publicada no *Valor Econômico* de 24/11/2004, as tarifas entre a China e membros da Asean começarão a cair já em 2005.

O acordo final será consequência de negociações e estudos bilaterais que avançaram rapidamente nos últimos três anos. Em novembro de 2002, foi assinado o Acordo-Quadro sobre Cooperação Econômica, que previa o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre a China e os seis membros originais da Asean (Brunei, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia) até 2010 e com os outros quatro membros mais recentes (Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã) até 2015.

O interesse da China no estabelecimento de uma área de livre comércio com os pequenos países do leste asiático é duplo: de um lado visa aumentar sua influência política na região; de outro, quer garantir o suprimento de matérias-primas, bens agrícolas e componentes para a indústria chinesa. A motivação chinesa vai muito além de interesses comerciais imediatos na Asean, uma vez que seu comércio com o bloco tem sido deficitário nos últimos anos, tendência que deve ser mantida a médio prazo. O comércio cresceu 35% nos primeiros nove meses do ano em relação ao mesmo período de 2003, e deverá passar da casa dos US\$ 100 bilhões este ano.

Novos mercados

A ofensiva chinesa na África

A ofensiva chinesa para alavancar seu acesso a matérias-primas na África está ganhando espaço na imprensa brasileira. Matéria da Reuters publicada pelo *Valor Econômico* de 24/11/2004 destaca que, além da América Latina, os chineses estão tentando fechar contratos de longo prazo para fornecimento de petróleo e minérios na África.

Com Nigéria e Angola, que conjuntamente já fornecem petróleo para a China na mesma quantidade que a Arábia Saudita, Pequim estaria em busca de contratos adicionais de longo prazo. A estatal CNPC, que detém 40% do projeto Grande Nilo, estaria também procurando novas participações em fontes de petróleo no Níger. Outra commodity importante para os chineses é o cobre: os investimentos chineses na Zâmbia já teriam ultrapassado US\$ 265 milhões.

A matéria destaca que a China tem buscado promover a imagem de parceiro confiável da África. Na Nigéria, os chineses estariam dispostos a ajudar no lançamento do primeiro satélite do país; e em Botsuana já deteriam grande parte do controle no setor de construção.

O comércio sino-africano deve chegar a US\$ 20 bilhões este ano, por volta do dobro do estimado para o comércio sino-brasileiro em 2004.

Coalizão empresarial

Brasil e Argentina discutem China

A recém-criada Coalizão Empresarial Brasil-Argentina abriu sua segunda reunião no último dia 24 discutindo China. A delegação de empresários dos dois países quer saber os efeitos que a concessão do status de economia de mercado poderá ter sobre as indústrias nacionais.

A coalizão foi formada em 14 de outubro, durante reunião promovida pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, com a presença do chanceler argentino, Rafael Bielsa. A delegação brasileira foi chefiada pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf.